

O projeto político do MTST na Folha de S. Paulo: uma análise discursiva¹

Beatriz Trezzi VIEIRA²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Este artigo analisa, do ponto de vista sociodiscursivo, os artigos do líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos, no site do jornal *Folha de S. Paulo*, procurando identificar as estratégias de referenciação escolhidas pelo autor e a estrutura argumentativa dos artigos, a fim de compreender como o articulista estabelece o diálogo com os leitores do jornal. A conquista de espaço pelo movimento em um veículo da grande mídia pode indicar que existe na sociedade brasileira uma abertura para novos tipos de ativismo, como é o caso do MTST e dá voz a um ator social tradicionalmente marginalizado e excluído pela grande imprensa.

Palavras-chave: Argumentação; Referenciação; Gêneros Jornalísticos; Artigo de Opinião.

Introdução

No dia 26 de junho de 2014, a *Folha de S. Paulo* anunciava, por meio de uma curta notícia publicada em seu site, que Guilherme Boulos, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), passava a integrar a equipe de colunistas do site do jornal, escrevendo semanalmente, às quintas-feiras, sobre temas como “movimentos populares, reforma urbana e segregação territorial das periferias”³. O artigo de estreia do novo colunista, intitulado *Receita para acabar com as ocupações*⁴, já podia ser acessado pelos internautas a partir daquela data.

Como era de esperar, a notícia provocou reações imediatas, originando uma série de comentários bastante polarizados por parte dos leitores na mesma página em que foi publicada. Em uma análise preliminar sobre o teor desses comentários, já se podia observar

¹ Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Jornalista graduada pela Faculdade Cásper Líbero, com especialização em Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela ECA-USP. Atualmente é docente dos cursos de graduação em Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Rádio e TV e Relações Públicas do FIAAM FAAM Centro Universitário, em São Paulo. email: beatrizvieira@uol.com.br.

³ *Coordenador de sem-teto é o novo colunista da Folha.* Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1476480-coordenador-de-sem-teto-e-novo-colunista-da-folha.shtml>. Acesso em 1º de julho de 2016.

⁴ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2014/06/1476430-receita-para-acabar-com-as-ocupacoes.shtml>. Acesso em 1º de julho de 2015.

a polêmica que o movimento por moradia popular provoca no público, em virtude de suas ações de ocupação em São Paulo e em outras regiões do Brasil. Reações que se tornaram ainda mais exaltadas em virtude de uma decisão como a da *Folha* – o maior jornal brasileiro em tiragem e circulação⁵ –, de conceder espaço ao mais polêmico movimento por moradia do país.

Uma observação mais detalhada permitiu constatar que 230 internautas ao todo postaram comentários. A maioria, cerca de 70%, mostrava-se contrária à iniciativa do jornal, enquanto 20% eram favoráveis e 10% posicionavam-se de forma neutra ou tiveram seus comentários censurados. A parcela contrária à “novidade” apresentada pelo jornal muitas vezes adotava um tom de indignação, expressando até mesmo a determinação de cancelar a assinatura da *Folha*. “Criminosos”, “invasores”, “foras-da-lei”, “guerrilheiros” e “vagabundos” foram apenas alguns dos adjetivos empregados para desqualificar os integrantes do movimento, frequentemente tomados, também, como “massa de manobra” de partidos políticos ou de governos internacionais de esquerda, como os da Venezuela ou de Cuba, no que se convencionou chamar de “bolivarianismo”.

O líder do movimento, formado em Filosofia pela USP e professor de psicanálise, não raro é descrito como um rapaz de situação social privilegiada que preferiu “invadir a propriedade alheia” a esforçar-se para ter um “trabalho digno” ou que resolveu “aparecer” de forma oportunista às custas do movimento. A *Folha*, por sua vez, é acusada de desrespeitar o leitor com a contratação, aliando-se aos que “invadem propriedades privadas” e demonstrando à opinião pública que “o crime compensa”. Segundo alguns internautas, a iniciativa do jornal poderia até mesmo ser comparada a oferecer uma coluna a criminosos como Marcola, do PCC, ou Fernandinho Beira-Mar, do Comando Vermelho.

Já os que receberam o anúncio de forma positiva destacaram o caráter democrático da possibilidade de conhecer diferentes opiniões veiculadas pelo jornal e reconheceram a realidade do drama da moradia que caracteriza as grandes cidades brasileiras e a exclusão à qual parcelas mais carentes da população são relegadas e vendo como um direito a luta do movimento.

No mesmo dia, coincidentemente, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicava o editorial *Triste Espetáculo*⁶, acusando os poderes públicos municipal, estadual e federal de

⁵ Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC), com média de cerca de mais de 270 mil exemplares diários. Disponível em <http://ija.ivcbrasil.org.br/aPublicacoesAuditadasJornal.asp>. Acesso em 11 de julho de 2016.

⁶ Disponível em <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,triste-espetaculo-imp-,1518675>. Acesso em 1ª de julho de 2016.

estarem-se deixando render às pressões do MTST, que, naquela semana, havia tomado a frente da Câmara Municipal de São Paulo, enquanto tramitava pela casa o Plano Diretor do município, para pressionar os vereadores pela aprovação de artigos favoráveis aos interesses do movimento. O tom adotado por este jornal em seu editorial repete, de forma geral, a tônica de criminalização, que, via de regra, caracteriza a cobertura feita pelos grandes veículos de comunicação às ações dos sem-teto (SILVA, 2014).

O fato é que, nas semanas seguintes, em sua coluna, Boulos passou a apresentar em seus artigos algumas das principais reivindicações e bandeiras do MTST, além de expor a posição do movimento sobre alguns dos temas em pauta na imprensa. Um dos artigos, intitulado *Eles venceram outra vez*⁷, publicado no dia 02/10/2014, às vésperas do primeiro turno das eleições majoritárias, foi o artigo mais lido durante três dias e esteve entre os cinco mais lidos nos dois dias posteriores.

O MTST e a luta por moradia

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é um dos grupos sociais mais expressivos do país hoje em termos de ativismo popular, por empreender uma luta que vai além das demandas pelo direito à moradia, ampliando-se para, a partir dessa luta, enfrentar todo um conjunto de dificuldades que afetam as massas urbanas excluídas. A forma de atuação do movimento é uma de suas singularidades, uma vez que o MTST procurou encampar outras demandas de grupos e associações das periferias, entre os quais os coletivos de cultura, na busca por uma base social consistente e organizada que possa, efetivamente, ampliar a participação popular nas decisões das esferas de governo e chamar a atenção da sociedade para suas reivindicações.

Outra característica peculiar é que o movimento refuta a participação institucional, por meio da eleição de representantes para conselhos municipais ou por representação política, optando pelas ações coletivas de enfrentamento. Nesse esforço, além das ocupações, marchas e atos públicos, os sem-teto valem-se de acampamentos em áreas públicas, entre as quais, praças e regiões centrais das cidades e em frente a prefeituras, secretarias e câmaras municipais para exercer pressão sobre as autoridades.

⁷ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2014/10/1525451-eles-venceram-outra-vez.shtml>. Acessos de 2 a 6 de julho de 2016.

Outra forma de atuar é fazendo greve de fome em locais de grande circulação e visibilidade⁸ ou promovendo a interrupção de transporte nas rodovias ou grandes avenidas, ações conhecidas como “trancaços”. As reivindicações estão centradas na criação de uma política habitacional baseada na desapropriação de imóveis segundo a constatação de sua função social para assentamento de famílias sem-teto, bem como na adoção de políticas públicas de serviços básicos, como transporte, educação, saúde e lazer que atendam às áreas metropolitanas mais carentes.

A tônica de ilegalidade é recorrente no discurso dos que se sentem afetados pelas ações dos sem-teto, seja por parte de moradores e da população em torno dos locais visados pelo movimento, seja por parte de políticos e administradores públicos ou da imprensa. As ações do MTST são muitas vezes associadas à criminalidade – por atingir o princípio do direito à propriedade –, à baderna, à instauração do caos e da desordem no espaço público, ou então a argumentação segue por outra via, na intenção de mostrar que o movimento não é movido apenas pela necessidade de seus ativistas, mas pela manipulação das classes mais desfavorecidas por interesses políticos contrários à ordem estabelecida. A partir do contexto de busca pelo protagonismo social empreendida pelo movimento dos sem-teto e do embate entre discursos em torno da colisão de direitos envolvendo essa ação política, torna-se relevante recuperar um breve histórico recente da luta por moradia no Brasil.

As transformações demográficas que o país viveu nos últimos 50 anos, em especial pelo fato de a população ter deixado de ser majoritariamente rural para tornar-se urbana, deu origem a um dos maiores problemas das cidades brasileiras atualmente: a criação de cinturões de pobreza no entorno das grandes metrópoles. E expôs a carência de moradia adequada em locais onde sequer existe uma infraestrutura mínima de serviços públicos, como saúde, educação e lazer. Com a crescente especulação imobiliária verificada nos últimos anos, o processo de exclusão urbana agravou-se ainda mais, ao tornar inviável a permanência dos mais pobres nas regiões centrais, cada vez mais valorizadas.

Mesmo com o surgimento de políticas públicas para a construção de moradias populares nos últimos anos, dados da Fundação João Pinheiro (2013) mostram que ainda há no país cerca de 6,9 milhões de famílias sem residência adequada⁹. É nesse contexto que, nas grandes cidades, tem aumentado a ação de movimentos sociais, entre os quais o MTST,

⁸ Como a que foi feita em 2005, em frente ao apartamento do ex-presidente Lula, em São Bernardo do Campo, contra a reintegração de posse de um terreno ocupado em Taboão da Serra, região metropolitana de São Paulo.

⁹ Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3>. Acesso em 1º de julho de 2016.

que, com protestos e ocupações, defende o direito à moradia como principal bandeira, além de apresentar outras reivindicações, como participação popular no planejamento urbano e a regulação do mercado imobiliário¹⁰.

Apesar de ter ganhado relevância nacional mais recentemente, quando integrou e protagonizou algumas das principais manifestações populares que tomaram o país, como as que ocorreram em junho de 2013 e por ocasião da Copa do Mundo, o MTST é um movimento originado no final da década de 1990, tendo surgido como uma espécie de braço urbano do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (GOULART, 2011).

Dos sem-terra, foram herdadas concepções, princípios e a própria forma de atuação coletiva organizada. Entretanto, ao longo do tempo, o MTST foi adquirindo características e estratégias próprias tanto na forma de atuar e quanto no posicionamento político. Já em 2001, o movimento passou a reivindicar sua autonomia em relação a partidos políticos, diferentemente do MST, que é historicamente ligado ao PT. No primeiro mandato do presidente Lula, o MTST afastou-se dos parceiros sem-terra por causa de discordâncias relacionadas ao governo petista, passando a ganhar apoio de dissidentes insatisfeitos com a adesão do PT à onda neoliberal que tomou conta do mundo nas últimas décadas. De lá para cá, o MTST passou a se organizar de forma própria não só nas ocupações e lutas pelo direito à moradia e reforma urbana, mas incorporando também outras bandeiras, como o poder popular, o que se traduz na mobilização e articulação com os mais diversos grupos que atuam nas periferias, incluindo coletivos de cultura, para se engajarem e fortalecerem as lutas conjuntas.

Ethos, referenciação e ideologia

Entre as instâncias da Retórica Clássica, o ethos constitui a imagem ou a voz que quem toma a palavra ou produz um texto constrói de si. Como pretendia Aristóteles, a imagem de si construída no discurso corresponde à finalidade desse discurso, lembra Amossy (2005).

Para Maingueneau (2005), estar em um determinado discurso não significa apenas proferir um ou outro enunciado, mas adotar um certo "tom de voz", um comportamento em harmonia com o princípio organizador do estatuto dos enunciadores. Na concepção do autor, o modo de dizer está associado a uma maneira de ser, embora o conceito de ethos não

¹⁰ MTST, Cartilha de Princípios, 2013. Disponível em www.mtst.org. Acesso em 1º de julho de 2016.

diga respeito apenas àquilo que o enunciador expõe de si explicitamente, mas à imagem que é formada com base na "cena de enunciação".

Definido como "fonte do acontecimento enunciativo", o ethos, para Maingueneau, "constitui uma dimensão de todo ato de enunciação, pelo qual o enunciador, ou fiador do discurso, constrói uma imagem de si, uma representação de si mesmo, buscando persuadir e obter a adesão dos sujeitos a um certo discurso" (MAINGUENEAU, 2008, p.17). Para o autor, "a qualidade do ethos remete, com efeito, à figura desse 'fiador', que mediante sua fala, se dá uma identidade compatível com o mundo que ele faz surgir em seu enunciado" (MAINGUENEAU, 2005, p.73).

Noção fundamentalmente híbrida (sociodiscursiva), o ethos, na visão de Maingueneau, pode ser definido como um "comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica" (MAINGUENEAU 2008, p. 17). "O discurso resulta da associação contingente entre um 'fundo' e uma 'forma'; é um acontecimento inscrito em uma configuração sócio-histórica e não se pode dissociar a organização de seus conteúdos e o modo de legitimação de sua cena discursiva" (MAINGUENEAU, 2005, p. 73).

Como explica o autor, é um "dizer sem ser dito" que possibilita a eficácia do ethos, seu poder de despertar a crença, a adesão. "O enunciatário, ou coenunciador é levado a identificar-se com a fala do enunciador, a incorporar um certo modo de ver o mundo, a habitar o mesmo "mundo ético" (MAINGUENEAU, 2008, p. 18).

Eggs (2005) destaca que a linha de análise discursivo-argumentativa praticada por Maingueneau e Amossy indica, por diversas vias, a necessidade de considerar a posição do locutor como ser empírico no campo em que ele se situa (político, intelectual, literário ou outro). "O lugar que engendra o ethos é, portanto, o discurso, o *logos* do orador. Esse lugar se mostra mediante as escolhas feitas por ele e toda forma de expressar resulta de uma escolha entre várias possibilidades linguísticas e estilísticas" (EGGS, 2005, p. 31), ou seja, deixa no texto as marcas de intencionalidade do enunciador.

A Linguística Enunciativa já afirmava que todo enunciado é produzido tendo em vista um enunciatário, apresentando, portanto, uma dimensão dialógica, uma relação eu-tu. Esse discurso é produzido também numa instância situacional (de tempo e espaço), está inserido num determinado contexto sócio-histórico e incorpora elementos de uma determinada ideologia.

Em que pese toda a diversidade de significados do conceito de ideologia, toma-se por base aquele apresentado por Van Dijk (1997), um dos nomes mais proeminentes da Análise Crítica do Discurso:

As ideologias são modelos conceptuais básicos de cognição social, partilhados por membros de grupos sociais, constituídos por seleções relevantes de valores socioculturais e organizados segundo um esquema ideológico representativo da autodefinição de um grupo. Para além da função social que desempenham ao defender os interesses dos grupos, as ideologias têm função cognitiva de organizar as representações sociais (atitudes, conhecimentos) do grupo, orientando, assim, indirectamente, as práticas sociais relativas ao grupo e, conseqüentemente, também as produções escritas e orais dos seus membros. (VAN DJIK, 1997, pp. 111-112)

Andrade (2009) destaca que uma das práticas sociais mais importantes que as ideologias determinam é o uso da linguagem e do discurso. "De modo geral, nosso discurso – especialmente quando falamos como membros de um grupo – expressa opiniões com fundamento ideológico e frequentemente as ideologias surgem da luta e do conflito de um grupo, estabelecendo a oposição entre *Nós* e *Eles*¹¹" (ANDRADE, 2009, p. 157).

Tomando por base tal concepção e incorporando o pressuposto da referenciação como atividade discursiva, a autora ressalta que:

a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, e principalmente, pela forma como interagimos com ele, isto é, interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o contexto de situação e o contexto sócio-histórico-ideológico. (ANDRADE, 2009, p. 154)

Dessa forma, conclui-se que as escolhas lexicais feitas pelo enunciador refletem a ideologia e que "ao selecionar os referentes, o enunciador não espelha diretamente o mundo real, mas constrói e reconstrói os elementos no interior do próprio discurso" (ANDRADE, 2009, p. 154).

Incorporando a tese de Gramsci de que o poder social na sociedade moderna é exercido por meio das lutas hegemônicas e de que os maiores conflitos hoje estão numa dimensão cultural, de significados, Fairclough (*apud* MELO, 2013) afirma que é possível enxergar essas lutas no domínio da linguagem como forma de embate para a consolidação

¹¹ Grifos originais da autora.

de determinados discursos e conseqüentemente para a legitimação de determinadas construções da realidade.

Ainda segundo o linguista inglês, a hegemonia discursiva coincide com a hegemonia social e o exercício de poder hegemônico costuma se mesclar com práticas discursivas, revelando o papel do discurso na (re)produção da dominação. Nesse embate simbólico, só resta a grupos como as minorias tentar romper com a ideologia dominante por meio de discursos contra-hegemônicos.

Gêneros discursivos, gêneros jornalísticos e o artigo de opinião

De acordo com Mikhail Bakhtin (2011), o gênero discursivo se define como certas formas ou tipos relativamente estáveis de enunciados ou discursos que têm uma lógica própria, de caráter concreto, e recorrem a certos tipos relativamente estáveis de textualização. Ainda segundo o pensador russo, ao longo do tempo, tende a haver uma cristalização dos gêneros em termos de certas formas de textualização, mas isso ocorre sem fixidez, porque os gêneros se acham em constante mudança.

"... gênero é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar ideias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras. Num certo sentido, é o gênero que orienta todo o uso da linguagem no âmbito de um determinado meio, pois é nele que se manifestam as tendências expressivas mais estáveis e mais organizadas da evolução de um meio, acumuladas ao longo de várias gerações de enunciadores". (BAKHTIN, 2011, p. 263)

O autor sustenta ainda que cada esfera do uso da língua elabora seus tipos estáveis de enunciado, que são gêneros discursivos. "Assim, a língua participa da vida através dos enunciados concretos que os realizam, como a vida participa da linguagem através dos enunciados" (BAKHTIN, 2011, 264). Este artigo, entretanto, focará os gêneros jornalísticos – em especial, um deles, o artigo de opinião.

Um dos mais importantes teóricos do jornalismo brasileiro, o professor José Marques de Melo, já apontava, em seu estudo de 1985, a árdua tarefa de definir os gêneros encontrados na imprensa e a impossibilidade de fazer uma classificação universal, já que os gêneros seriam, segundo ele, determinados pelos modos de produção dos jornalistas e teriam uma identificação com a questão cultural de cada veículo.

Sua clássica distinção entre jornalismo informativo (registro claro e objetivo dos fatos e acontecimentos, caracterizado pela observação) e jornalismo opinativo (emissão de opinião diante das notícias, caracterizado pelo aconselhamento), seria ampliada posteriormente (2009), da forma que segue.

Primeiramente, ele agrupou os gêneros a partir de duas premissas que correspondem à intencionalidade dominante nos relatos: 1) a reprodução do real, por meio da qual o jornalista comunica os fatos noticiosos (jornalismo informativo), o que significa descrevê-los jornalisticamente a partir de dois parâmetros – o atual e o novo, ou seja, a observação da realidade e a descrição do que é apreensível à atividade jornalística; 2) leitura do real (jornalismo opinativo), via análise da realidade e a sua avaliação dentro dos padrões jornalísticos, ou seja, a versão dos fatos construída por meio de argumentações, em favor de determinadas ideias e valores.

O segundo critério usado por Melo para descrever os gêneros jornalísticos busca identificá-los a partir da articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura). Partindo dessas premissas, o autor propôs a sua classificação em: gêneros informativos (nota, notícia, reportagem e entrevista) e gêneros opinativos (editorial, comentário, artigo, resenha/crítica, coluna, crônica, caricatura e carta).

Dialogando com os conceitos apresentados, Medina (2001) reitera que os gêneros jornalísticos se prestam a orientar o público a ler (jornais), ver (televisão) ou ouvir (rádio) o noticiário, permitindo a ele identificar seus formatos e conteúdos. Os gêneros serviriam ainda para mostrar uma determinada intenção, por parte do veículo, seja de informar, de opinar, de interpretar ou mesmo de divertir. Dessa forma, afirma o autor, pode-se dizer que os gêneros são determinados pelo estilo que o jornalista emprega para relatar a seu público os acontecimentos diários.

A maioria dos jornais brasileiros divide os gêneros jornalísticos em quatro grandes grupos: informativo, com a preocupação de relatar os fatos de uma forma mais objetiva possível; interpretativo, que, além de informar, procura interpretar os fatos; opinativo, que expressa um ponto de vista a respeito de um fato; e entretenimento, que são informações que visam à distração dos leitores. (MEDINA, 2001, p. 51)

O artigo de opinião, presente nos veículos jornalísticos impressos, é um texto em que o autor expõe seu posicionamento diante de algum tema atual e de interesse de muitos. Boff, Köche e Marinello (2009) o definem como um gênero textual que se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa. O artigo expõe

a opinião de um articulista, que pode ou não ser uma autoridade no assunto abordado. Geralmente, discute um tema atual de ordem social, econômica, política ou cultural, relevante para os leitores.

Esse gênero pertence à ordem do argumentar, uma vez que o sujeito enunciativo assume uma posição a respeito de um assunto polêmico e a defende. De acordo com Perelman (*apud* BOFF, KÖCHE e MARINELLO, 2009, p. 3), a argumentação objetiva provocar ou aumentar a adesão do interlocutor às teses apresentadas pelo autor. Assim, a interação ocorre a partir do ponto de vista sustentado pelo articulista e é aceito ou não pelo leitor.

Trata-se de um texto dissertativo que apresenta argumentos sobre o assunto abordado. Portanto, o autor, além de expor seu ponto de vista, deve sustentá-lo por meio de informações coerentes e admissíveis. Um recurso muito peculiar desse tipo de gênero é a persuasão, que consiste, como já foi mencionado, na tentativa do emissor de convencer o destinatário, neste caso, o leitor, a adotar a opinião apresentada.

Análise dos artigos

A partir de um *corpus* selecionado de 52 artigos da coluna de Guilherme Boulos publicados no site da *Folha de S. Paulo*¹², entre junho de 2014 e junho de 2015, busca-se analisar o processo de construção do diálogo entre articulista e leitores, partindo das estratégias discursivas de referenciação escolhidas pelo autor e da forma como este busca estabelecer uma aproximação com o público, a fim de criar uma cumplicidade, procurando convencer seus interlocutores de seus pontos de vista e posições ideológicas.

Para tanto, Boulos constrói um ethos fundamentalmente anticapitalista, de tom contra-hegemônico que, primeiramente se apresenta, buscando dar uma resposta ao ethos pré-construído (MAINGENEAU, 2008) de viés criminalizatório, criado em grande medida pela própria mídia em relação aos sem-teto. Em seguida, passa a apresentar as principais bandeiras de luta do movimento e, ao mesmo tempo, a analisar os principais eventos econômicos e políticos brasileiros sob a ótica do MTST. Os textos têm como fio um intelectual orgânico à maneira concebida por Gramsci (1988), que, neste caso específico, apesar de não ser originário da classe que representa, vivencia sua realidade e atua como seu porta-voz ideológico.

¹² Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos>. Acesso em 1º de julho de 2016.

Dessa forma, já no primeiro artigo do líder do MTST publicado no site da *Folha*, em 26/6/14, *Receita para acabar com as ocupações*, Boulos procura responder ao público os motivos pelos quais os sem-teto fazem o que fazem (ocupam terrenos nas cidades) e a fórmula para resolver o "problema". O tom é irônico, uma vez que ao escolher o referente "receita", ele dá a entender que bastará seguir os passos apresentados para que se obtenham os resultados desejados pela parcela dos leitores que criminaliza o grupo.

Encarnando a "alma" dos sem-teto, Boulos apresenta o movimento como um ator social (VAN LEEUWEN, 1997) que se posiciona de maneira ativa na sociedade, não apenas reivindicando o que considera justo, mas forçando o debate em torno dessas premissas e interpelando o poder constituído:

"O crescimento das ocupações suscitou o debate sobre o problema da moradia e permitiu que movimentos como o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), que trava há 17 anos a luta por moradia digna e Reforma Urbana, tivessem enfim espaço para expor suas posições".¹³

De início, o colunista já apresenta algumas bandeiras do movimento: a luta por *moradia digna* e a *regulação do mercado imobiliário*, por meio de uma política de *reforma urbana* mais justa do ponto de vista social, para que se estabeleça o *combate à especulação* responsável pela exclusão a que são submetidos os sem-teto, o que, por sua vez, agrava a ocorrência de ocupações.

Como categoria social, os sem-teto existem de maneira concreta e empírica representados pela parcela diretamente atingida pelo déficit habitacional brasileiro. No entanto, como categoria política, segundo a cientista social Débora Goulart (2012), "só existem a partir de sua ação organizada, tornando possível sua análise como movimento coletivo, dotado de identidade, objetivos, métodos de ação, etc., e portanto, como resultado das relações sociais em uma determinada formação social" (GOULART, 2012, p. 161).

Para a autora, o surgimento e o rápido crescimento do MTST se explicam pela organização desses trabalhadores em torno de uma luta anticapitalista, buscando, nesse contexto, organizar os trabalhadores sob uma perspectiva de luta de classes, ou seja, de enfrentamento ao capital e ao Estado, reconhecidos como agentes da classe dominante. Como representante de um novo tipo de ativismo, portanto, o grupo procura inicialmente se apresentar – ou seja, dizer a que veio –, ao público leitor da *Folha*, formado, em sua maioria, por representantes das classes A/B.

¹³ Op. cit. pág. 1.

As reivindicações apresentadas dão ideia da dimensão e do alcance das propostas do movimento. Mas seus objetivos vão além, por entender que o problema da moradia é o sintoma de causas mais profundas, cujas raízes estão no próprio estágio do capitalismo atual, com suas políticas econômicas neoliberais desregulamentadoras, que agravam os problemas sociais.

Após expor as razões do crescimento das ocupações, por meio de uma exposição de argumentos lógica, coerente e utilizando uma elucidativa quantidade de dados estatísticos, Boulos faz uma exortação aos leitores em relação ao "drama" em que vivem os sem-teto, lançando um desafio:

Se querem, então, acabar com as ocupações, que encarem de frente suas verdadeiras razões. Ao invés de defender a criminalização dos movimentos e dos acampamentos de trabalhadores sem-teto, defendam uma Reforma Urbana profunda, que possa resolver o drama da moradia nas cidades brasileiras. As ocupações acabarão sem a necessidade de uma só bomba de gás.¹⁴

Para o líder do MTST a solução é "política" e passa pela adoção de alguns passos: "Tirar o controle da política urbana das mãos das grandes empreiteiras e desenvolver uma estratégia de desapropriação de terras que recupere a capacidade do poder público planejar a política habitacional". Então, ele finaliza com uma pergunta retórica que deixa no ar uma espécie de provocação: "Será que estão todos dispostos a defendê-los?"

A partir do primeiro artigo, em que faz uma apresentação da realidade e das reivindicações dos sem-teto, o líder do MTST passa a apresentar outras bandeiras do movimento, enquanto analisa os acontecimentos políticos e econômicos do Brasil e do mundo segundo a visão do MTST¹⁵.

¹⁴ Op. cit. págs. 1 e 14.

¹⁵ Entre os assuntos comentados por Boulos ao longo da série de artigos, estão:

(1). *A crise urbana (A batalha do plano diretor, 1/7/14; Os Brics e os sem-teto, 10/7/14; Cara eu ganho Coroa, você perde!, 7/8/14; Quem são mesmo os invasores?, 22/8/14; Existe fascismo em São Paulo, 11/9/14); Os donos do transporte em São Paulo, 22/1/15; A Izidora resiste, 25/6/15); (2). A violência policial (A copa das tropas, 17/7/14; Menos 612, 14/8/14; Sampa e a barbárie, 25/9/14); (3). A situação de grupos marginalizados no cenário internacional (A Palestina apagada do mapa, 31/7/14; Mar da morte, 13/5/15); (4). A crise hídrica em São Paulo (Revolta da Água, 23/10/14; Gota d'Água, 26,2/15); (5). A corrupção (Corruptos e corruptores, 20/8/14; Os donos do Brasil em cana. E depois?, 20/1/14; A cara de pau de Eduardo Cunha, 19/2/15; A Zelotes e os ladrões blindados, 9/4/15); (6). As mobilizações populares e manifestações de rua (63 dias de luta, 11/12/14; 2015: O ano de agitações, 1/1/15; A matemática política da PM, 23/4/15; A legitimidade da greve dos professores, 30/4/15); (7). As eleições presidenciais (O neoliberalismo saiu do armário, 4/9/14; Eles venceram outra vez, 2/10/14; Massacre midiático, 16/10/14; Sugestões para o ministério de Dilma; Indicar Kassab é brincar com fogo, 18/12/14; Quando, como e onde?, 8/1/15); (8). O neoliberalismo (99 contra 1, 5/2/15); (9). A onda política conservadora no Brasil (Reinado Azevedo a direita delirante, 24/7/14; Onda conservadora, 9/10/14; Diálogo com comentaristas de internet, 15/1/15; A quem interessa o impeachment?, 12/2/15; Onde estavam?, 9/3/15; Sobre o 15 de março, 19/3/15; O pensamento coxinha, 2/4/15; As ruas e as leis, 16/4/15; A direita e a falácia do caviar, 4/6/15); (10). A Comissão Nacional da Verdade e os resquícios da ditadura (Quem tem medo do general?, 18/9/14); (11). A reforma política (Gilmar Mendes e o bolivarianismo, 13/11/14; Falhou o plano perfeito, 28/5/15); (11). A política*

Uma das outras frentes de luta do movimento é o que o une a diversos outros grupos e coletivos urbanos que saíram às ruas em 2013: a reivindicação do *direito à cidade*¹⁶, preconizado pelo filósofo e sociólogo marxista francês Henri Léfèbvre pouco antes das manifestações que tomaram as ruas de Paris em maio de 1968 e que voltou hoje à ordem do dia, tendo sido retomado e atualizado por pensadores como o geógrafo britânico David Harvey, entre outros tantos autores. Segundo Harvey:

O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, ao meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados. (HARVEY, 2013, p. 33)

De forma geral, o colunista adota uma estrutura de discurso própria ao artigo de opinião, que se inicia com a apresentação de um assunto em pauta na mídia, seguida de uma análise sobre as causas e consequências dessa questão – para a qual são utilizados dados que possam corroborar a linha de argumentação exposta no artigo – e, por fim, a conclusão, apontando uma possível "solução" para o "problema", segundo o pensamento do MTST. O estilo adotado é lógico, objetivo, com frases curtas, sempre na ordem direta, em linguagem simples, clara, de forma a fazer-se entender por todo o espectro de leitores da *Folha*.

Não raro, Boulos lança mão da ironia, em geral, na tentativa de desqualificar aqueles que se colocam contra o movimento; de metáforas, para corroborar os argumentos apresentados no texto e de paráfrases para desvendar o que está por trás dos acontecimentos (como é o caso do artigo *Gota d'Água*¹⁷, em que lembra a canção de Chico Buarque de Holanda para falar sobre a crise hídrica em São Paulo). A atitude de interpelação (representada por verbos no imperativo e perguntas retóricas) é adotada muitas vezes ao se dirigir aos representantes do poder instituído, seja a presidente da República, o ministro da

econômica do governo Dilma (Robin Hood às avessas, 4/12/14; Dilma, Vargas e o zepelim, 29/1/15; Querem acabar com a CLT, 26/3/15; Que ajuste é esse?, 7/5/15; Sugestões ao ministro Levy, 21/5/15; Quem planta tomates colherá tomates, 11/6/15).

¹⁶ Citado nos artigos *O Rio de Janeiro continua lindo?* (6/11/14) e *Os donos do transporte em São Paulo* (22/01/15).

¹⁷ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeboulos/2015/02/1594968-gota-dagua.shtml>. Acesso em 1º de julho de 2016.

Fazenda ou o presidente da Câmara dos Deputados, por exemplo, posicionando o MTST como um ator social situado à esquerda do espectro político que dispõe de um modelo de sociedade alternativa e atua como uma espécie de consciência crítica coletiva aos mecanismos institucionais.

Considerações finais

A voz e o projeto político do MTST chegam à *Folha de S. Paulo*, um autêntico representante da mídia hegemônica, cujo espaço era até então, como regra geral, fechado ao acesso de grupos excluídos. Criminalizados pela mídia, ao atentarem contra o direito à propriedade, os sem-teto conquistam um canal de diálogo com a sociedade para expor sua realidade e apresentar suas reivindicações, a principal delas, o reconhecimento do direito à moradia digna, garantido pela Constituição brasileira, como direito fundamental.

Ao abrir espaço para a colaboração do representante de um grupo social marginalizado, o jornal mostra que há espaço para a manifestação de novos tipos de ativismo político – como, entendemos, é o caso do MTST – e evidencia que pode estar em curso uma aceitação gradativa pela sociedade brasileira de ações políticas por vias que não as convencionais, ou seja, de expressões até mesmo para além das estruturas tradicionais da esfera pública.

Tomando por base a tarefa de analisar a série de artigos do líder do MTST no site da *Folha* a partir das estratégias de referenciação e estruturas discursivo-argumentativas utilizadas, procurou-se compreender de que forma o articulista se dirige à sociedade, ao buscar a interlocução com os leitores. O questionamento a se fazer é se esse ativismo representado pelo MTST, em sua luta contra-hegemônica, conseguirá ou não estabelecer um diálogo com o público leitor para aceitação de suas demandas e se logrará alcançar a transformação na sociedade que almeja.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Zilda G.O. **O artigo de opinião: a argumentação no discurso jornalístico.** In: Beatriz Daruj Gil, Elis de Almeida Cardoso, Valéria Gil Condé (Orgs.). **Modelos de Análise Linguística.** São Paulo, Contexto, 2009.

ANDRADE, M.L.C.V. de O. **O ensaio jornalístico.** In: Beatriz Daruj Gil, Elis de Almeida Cardoso, Valéria Gil Condé (Orgs.). **Modelos de Análise Linguística.** São Paulo, Contexto, 2009, p. 153-167.

AMOSSY, R. **Da noção retórica de ethos à análise do discurso.** In: AMOSSY, R. (Org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos.** Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. São Paulo: Contexto, 2008, p. 9-28.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6ª ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Fontes. 1997.

BOFF, O. M. B.; KÖCHE, V. S.; MARINELLO, A. F. **O gênero textual artigo de opinião: um meio de interação**. ReVEL, vol. 7, n. 13, 2009.

EGGS, E. **Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna**. In: AMOSSY, R. (Org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2008, p. 28-56.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6ª ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

HARVEY, D. **A Liberdade da Cidade**. In ROLNIK, R.; MARICATO, E. *et alii*. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

KOCH, I.G.V. **Como se constroem e reconstroem os objetos-de-discurso**. Revista Ingestigações: Linguística e Teoria Literária. UFPE. Vol.21, n° 2. Julho, p. 99-114, 2008.

MAINGUENEAU, D. **A propósito do Ethos**. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.) **Ethos Discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-29.

_____. **Ethos, cenografia, incorporação**. In: AMOSSY, R. (Org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Trad. Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2008, p. 69-92

MARQUES DE MELO, J. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Gêneros jornalísticos no Brasil: o estado da questão**. IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado em Curitiba, de 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/indiceautor.htm>.

MEDINA, J.L.B. **Gêneros jornalísticos: repensando a questão**. Revista Symposium. Ano 5 • nº 1 • janeiro-junho, p. 45-55, 2001.

MELO, I.F. de. **Ativismo LGBT na imprensa brasileira: análise crítica da representação de atores sociais na Folha de S. Paulo**. 2013, 384f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

PLANTIN, C. **Argumentação: História, teorias, perspectivas**. Trad. Marcos Marcionillo. São Paulo: Parábola, 2008.

VAN DJIK, T. A. **Semântica do Discurso e Ideologia**. In: Pedro, E. R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso: Uma perspectiva sociopolítica**. Lisboa: Caminho, 1997, p. 19-46.

VAN LEEUWEN, T. **A representação dos actores sociais**. In: Pedro, E. R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso: Uma perspectiva sociopolítica**. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222.